

APRENDIZAGENS *IN LOCO*: um olhar reflexivo a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Turismo

FIELD TRIP: a view about brazilian national legislation on Tourism Graduation courses

Francielle de Lima^{*}

Carla Caroline Holm^{**}

Rúbia Elza Martins de Sousa^{***}

Thiago Rodrigues Schulze^{****}

Marcelo Vilela de Almeida^{*****}

Brenno Vitorino Costa^{*****}

Resumo: Tendo em conta a Resolução CNE/CES nº 13, de 24 de novembro de 2006, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Turismo - DCN, o presente artigo buscou refletir sobre aprendizagens *in loco*, que são representadas, dentre outras, pelas viagens de estudo, visitas técnicas e saídas de campo, uma vez que se notou que essas constam subliminarmente no documento. Por entender que a pandemia de COVID-19 jogou luz sobre a valia dessas aprendizagens como parte basilar da formação em Turismo, no decorrer do estudo e das reflexões, algumas questões emergiram referentes à própria denominação, ao entendimento conceitual, às bases epistemológico-pedagógicas, às formas de organização e implementação e à presença ou ausência nos PPCs, entre outras. De caráter qualitativo, este trabalho não tem a pretensão esgotar o tema abordado e nem apresentar resultados conclusivos expostos com fundamentação rigorosa de literatura especializada. Desenvolve-se como uma análise teórica provocativa sobre aprendizagens *in loco* no âmbito de cursos superiores de Turismo, constituindo assim em um olhar preliminar a partir das DCN, mas que não se encerra aí.

Palavras-chave: Aprendizagens *in loco*; diretrizes curriculares nacionais; formação superior em turismo; Pandemia de COVID-19.

Abstract: Considering Resolução CNE/CES nº 13, from November 24th, 2006, which institutes national parameters in the college curriculum of Tourism Graduation Courses, also called Diretrizes Curriculares Nacionais, this article aimed reflecting about the learnship process in the field – represented by field trips, among other strategies, due its mentions in the resolution, subliminally mentioned throughout the document. Taking into account that COVID-19 pandemics enlightened the relevance of the field trips, this article had brought some questions considering the concept of field trip, its epistemological-pedagogic, ways of organization and implementation, its presence or lack on Pedagogical Projects, among others. The essay-like job, with a qualitative analysis, does not intend to assume a definite position about the subject and present conclusive results with a rigorous theoretical fundamentation of specialized literature. Assuming the article is an essay, it is developed as a theoretical analysis about field trips on Tourism Graduation Courses, forming a preliminary gaze from DCNs, rather than a definite position about the subject.

* Doutoranda em Turismo e Hospitalidade (Universidade de Caxias do Sul). Instituição de vínculo: Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA/RS). E-mail: flimatur1264@gmail.com.

** Doutora em Geografia (Universidade Estadual do Centro-Oeste). Instituição de vínculo: Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR/PR). E-mail: karol_holm@hotmail.com.

*** : Doutora em Geografia (Universidade Federal de Goiás). Instituição de vínculo: Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS/MS). E-mail: rrubiaelza@gmail.com.

**** : Doutor em Educação Currículo (Pontifícia Universidade Católica/SP). Instituição de vínculo: Instituto Federal de São Paulo (IFSP – Cubatão/SP). E-mail: schulze.thiago@ifsp.edu.br.

***** Doutor em Ciências da Comunicação (Universidade de São Paulo). Instituição de vínculo: Universidade de São Paulo (USP/SP). E-mail: marcelovilela@usp.br.

***** Doutorando em Turismo (Universidade de Aveiro). Instituição de vínculo: Instituto Federal de São Paulo (IFSP – São Paulo/SP). E-mail: brenno.ifsp@gmail.com.

Keywords: Field trip; diretrizes curriculares nacionais; tourism graduation; COVID-19 pandemics.

1 Introdução

A epidemia global da COVID-19, cujos primeiros infectados no Brasil foram identificados em março de 2020, jogou luz a uma série de questões relacionadas ao universo da educação, pois as instituições de ensino – sejam elas de nível básico ou superior – precisaram se reinventar para possibilitar a continuidade da formação dos estudantes. Especificamente no que diz respeito ao ensino superior em Turismo, o desafio foi ainda maior, uma vez que parte importante do processo de aprendizagem nesta área do conhecimento é cumprida por meio de atividades práticas realizadas em estágios, participação em eventos e viagens de estudo, entre outras. Mas como executar tais atividades durante o período em que as normas de saúde exigiram hábitos como isolamento e a redução ou eliminação do contato entre pessoas de diferentes convívios sociais?

Foi no período de pandemia que essas atividades (ou a falta delas) foram postas em evidência e/ou reflexão, uma vez que as medidas para contenção da doença impediram que discentes e docentes pudessem estar *in loco* para complementar e enriquecer o processo formativo-educativo. Como alternativa para contornar as adversidades surgidas neste momento, essas aprendizagens *in loco* precisaram ficar restritas ao espaço virtual ou online e começaram a surgir inquietações sobre sua importância para a formação em Turismo, pois o contato com o real poderia propiciar a contínua construção e reconstrução de teorias discutidas em sala de aula, assim como despertar o espírito crítico, criativo de cada sujeito envolvido.

Entende-se que as aprendizagens *in loco*, sejam elas denominadas de visitas técnicas, viagens de estudo ou saídas de campo, são frequentemente promovidas nos cursos de Turismo, porque são consideradas como oportunidades ímpares de unir teoria e prática, além de promover a interdisciplinaridade e a inserção dos discentes na “realidade.” Entretanto, mesmo sabendo do potencial de tais atividades, o documento basilar nacional destes cursos não é claro quanto à sua normatização, tampouco enfatiza sua importância nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), de modo que, desde 2006, tem aberto margem para que essas experiências de aprendizagens sejam pouco valorizadas ou executadas sem que se leve em conta seu efetivo contributo pedagógico.

É neste contexto que o presente estudo se insere; assim, buscou-se refletir sob uma ótica epistemológico-pedagógica sobre aprendizagens *in loco* a partir da análise do conteúdo disposto na Resolução 013/2006 da Câmara de Educação Superior (CES) do Conselho Nacional de Educação (CNE) do Ministério da Educação – MEC, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo – DCN. Ainda, cabe salientar que essas primeiras incursões reflexivas a respeito da temática foram incentivadas pelo Fórum Nacional de Cursos Superiores de Turismo, Hospitalidade e Lazer – FNCSTUR, vinculado à Associação Brasileira de Turismólogos e Profissionais do Turismo – ABBTUR, e julga-se que, a partir delas, outras devam surgir para colaborar com as análises e para que se tenha uma melhor compreensão desse mote investigativo.

2 Metodologia

Conforme mencionado, o estudo aqui apresentado é fruto de um coletivo de reflexões iniciadas em encontro organizado pelo FNCSTUR, ocorrido em maio de 2021 – durante a pandemia – cujo objetivo era congrega professores e coordenadores de curso para (re)pensar as diretrizes que orientam a formação superior nestas áreas. Desta primeira reunião, surgiram grupos de trabalhos (GTs) específicos, de modo que os temas emergentes poderiam ser mais profundamente debatidos e, quando somados, teriam capacidade crítica, pedagógica e científica de apresentar propostas voltadas a uma possível reestruturação das DCN dos cursos superiores em Turismo.

O grupo de trabalho concernente à questão discorrida neste artigo dedicou-se às discussões relativas às visitas técnicas, tendo em vista que elas são parte da formação superior em Turismo, ainda que não claramente apresentadas nas DCN. Nos encontros realizados pela equipe de trabalho, provenientes de diferentes instituições educacionais e regiões do país, as reflexões coletivas – apoiadas em teorias filosóficas, educacionais e discussões sobre situações reais – levaram à compreensão de que tais atividades são imprescindíveis para a qualificação dos estudantes destes cursos.

No decorrer do estudo e das reflexões, algumas questões emergiram referentes à própria denominação, ao entendimento conceitual, às bases epistemológico-pedagógicas, às formas de organização e implementação e à presença ou ausência nos PPCs, entre outras. Para

tanto, além de uma análise pormenorizada das DCN para os cursos de graduação em Turismo, contemplando um olhar sobre a sua inserção atual e reflexões sobre aprendizagens *in loco*, realizou-se uma revisão bibliográfica que contemplou os seguintes temas e procedimentos:

- A educação superior em Turismo e a pandemia de COVID-19. No contexto em que o presente artigo foi escrito, seria impossível não ponderar sobre os efeitos da pandemia sobre a educação superior em Turismo. No caso específico desta área do conhecimento, não apenas os processos pedagógicos foram prejudicados, mas a atividade econômica ainda vem passando pelas consequências do fechamento de destinos turísticos e estabelecimentos comerciais relacionados, o que certamente influencia os processos de aprendizagens, a realização de aprendizagens *in loco*, e mesmo as perspectivas futuras de inserção no mercado de trabalho. O início do item 3, a seguir, traz algumas considerações de alguns estudos realizados até o momento a este respeito;

- Estudos atinentes à temática em tela em cursos superiores de Turismo em seus mais variados aspectos. Por uma opção dos autores, decidiu-se focar, no escopo nacional, em artigos acadêmicos publicados em periódicos científicos. Nessas primeiras incursões, realizadas na plataforma “Publicações de Turismo”, mantida pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo e “Spell”, que é um repositório de artigos científicos mantido pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração (ANPAD), em que muitos periódicos de Turismo disponibilizam seus conteúdos, utilizaram-se como termos de busca, entre aspas, turismo pedagógico, viagens de estudo, visitas guiadas, viagem técnica, estudo do meio, educação em turismo e visita técnica.

Os dois termos que mais geraram resultados, em princípio, foram “turismo pedagógico” e “educação em turismo”, mas nenhum artigo encontrado se propôs a discutir as aprendizagens *in loco* no contexto do ensino superior em Turismo. Sob a denominação de “viagens técnicas”, no âmbito de cursos superiores de Turismo, foi encontrado apenas um artigo (CUTRIM *et al.*, 2019), o qual apresentava a ótica dos discentes em relação aos destinos turísticos visitados. Em geral, os demais trabalhos que responderam à pesquisa relataram experiências de educação ambiental ou patrimonial em todos os níveis de ensino (fundamental, médio e superior), ou destacaram a importância dessas experiências na formação de estudantes de cursos de diferentes níveis ou áreas do conhecimento (nenhum em Turismo, deve-se sublinhar). Tal carência de estudos, ao menos no que diz respeito aos artigos científicos

publicados em periódicos científicos de Turismo no Brasil, já justifica a relevância deste trabalho, na direção de entender, fundamentar e melhor aproveitar dos potenciais dessas aprendizagens na formação superior em Turismo.

Cabe aqui ainda ressaltar que devido a permeabilidade ou delimitações conceituais que se expressam na coexistência de diversas designações associadas às atividades/aprendizagens *in loco* torna-se difícil organizar uma sistematização do estado da arte sobre a temática. O estudo de Lima, Santos e Rejowski (2012), por mais que tenha o foco no binômio “turismo pedagógico”, já apontava para essas constatações, bem como detalhava essa imprecisão semântica, apresentando alguns binômios considerados afins e ainda sinalizava para a necessidade de aprimorar a definição de descritores de pesquisa nesse campo do conhecimento.

- Estudos atinentes à temática em discussão em cursos superiores de Turismo em seus mais diversos ângulos, em publicações internacionais que fizessem referência a *field trips* (termo utilizado para a busca de textos publicados em língua inglesa, que poderia ser traduzido por viagens de campo). Com frequência, aparece, igualmente, o termo *fieldwork* (termo referente ao trabalho de campo em pesquisas científicas). Merece destaque, entre os achados desta pesquisa, a obra de Hall (2011), intitulada “Fieldwork in Tourism Methods; issues and reflections”, inteiramente dedicada ao assunto.

Curiosamente, Hall (2011) observa que, assim como no Brasil, há pouca reflexão sobre o papel dos trabalhos de campo nas pesquisas em Turismo, apesar da longa tradição de tais atividades nos estudos turísticos e em áreas como Antropologia, Ecologia, Geografia e Sociologia, que também atribuem uma elevada importância às viagens de campo (*field trips*). Outro autor de língua inglesa que merece destaque é Griffin (2014; 2017), que possui escritos sobre o tema e que, do mesmo modo, observa que, até 2014, poucos trabalhos tinham sido realizados sobre o planejamento e o gerenciamento do trabalho de campo na educação em Turismo (GRIFFIN, 2014).

Em outra obra, em um capítulo inserido na parte III (que trata da aprendizagem experiencial) do livro intitulado “Handbook of Teaching and Learning in Tourism”, Griffin (2017) apresenta resultados de pesquisa empírica sobre as viagens de campo como ferramenta pedagógica na educação em Turismo. Por fim, encontram-se na bibliografia internacional alguns relatos e estudos de caso em que as viagens de campo são concebidas como recurso

pedagógico, como se verifica nas publicações de Ricart e Amelung (2021); Jackowski, Soljan, Bilska-Wodecka e Liro (2016); Portegies, Platenkamp e de Haan (2014) e Faché (2003). Todos esses trabalhos ajudam a refletir sobre o tema e a compreender por que caminhos estão sendo direcionados os olhares investigativos em nível internacional.

De caráter qualitativo, este trabalho, de conteúdo ensaístico, não tem a pretensão de esgotar o tema abordado e nem apresentar resultados conclusivos expostos com fundamentação rigorosa de literatura especializada, como sói acontecer com um artigo científico. Por ser um ensaio, desenvolve-se como uma análise teórica provocativa sobre aprendizagens *in loco* no âmbito de cursos superiores de Turismo, constituindo assim em um olhar preliminar a partir das DCN, mas que não se encerra aí. Espera-se que essas primeiras reflexões levem à identificação de outras oportunidades de pesquisa sobre o assunto, tornando seu debate profundo, profícuo e contínuo.

3 Referenciais Teóricos e Discussões

Conforme já mencionado, a pandemia de COVID-19, declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020, gerou repercussões em todos os aspectos da vida cotidiana, modificando desde a forma de cumprimentar ao modo de trabalhar – envolvendo cuidados com a higiene das mãos, uso de máscaras, entre inúmeras outras práticas. Essas repercussões também abrangeram o escopo educacional. O fechamento das instituições de ensino para reduzir a transmissão do Coronavírus foi uma das primeiras medidas tomadas, fazendo com que estudantes de todas as idades e níveis de ensino tivessem que se adaptar a uma nova realidade. Outra medida significativa, no contexto brasileiro, foi a autorização dada pelo MEC, por meio da Portaria N° 343, para as instituições de ensino superior federais substituírem as aulas presenciais por aulas à distância, fazendo uso de ferramentas tecnológicas. Concomitante a esta decisão do Governo Federal, os governos dos Estados também publicaram instruções normativas suspendendo o ensino presencial nas universidades estaduais.

O Ensino Remoto Emergencial (ERE), termo utilizado para denominar o modo de oferta improvisado das disciplinas curriculares, desvelou-se como um universo desafiador para os envolvidos direta ou indiretamente no processo de ensino-aprendizagem. Assim sendo,

atividades comumente realizadas nos cursos, tais como aquelas destacadas neste artigo, foram descontinuadas, ou raramente efetuadas, devido às restrições impostas.

Dentre uma série de desafios e adversidades enfrentadas durante o ERE, Gusso *et al.* (2020) destacam as seguintes: exclusão de estudantes que não possuíam computador ou as ferramentas tecnológicas necessárias, como por exemplo o acesso à internet; falhas das instituições em prover recursos tecnológicos aos discentes e professores; falta de capacitação dos professores para lidar com plataformas digitais, bem como para planejar e viabilizar condições para a oferta de um curso *online*.

Da mesma forma, no contexto educacional do turismo no Brasil, tais adversidades, assim como aquelas impostas ao mercado turístico, só agravaram a situação. A utilização de *lives* – eventos virtuais que se multiplicaram durante a pandemia – ainda são muito recorrentes, sobretudo sob a égide de discutir o futuro do turismo, tanto em âmbito mercadológico, como educacional. Nesse sentido, pode-se perceber um temor por parte dos discentes quanto à colocação no mercado de trabalho, como retratado por Guimarães *et al.* (2020, p. 9):

[...] os cursos de Turismo podem sofrer consequências, haja vista que o setor foi um dos mais afetados com muitas perdas e estima-se que será um dos últimos a retornar aos patamares anteriores que estavam ainda em recuperação. Frente a estes dois aspectos, o educacional e o turístico, surgem indagações a respeito do que está acontecendo com estudantes e com os cursos superiores de turismo do país [...].

Diante desse cenário adverso e da intensificação das transformações enfrentadas pelo setor de turismo, questionamentos quanto aos rumos da formação superior na área se mostram uma preocupação dos profissionais que atuam nestes cursos. Nessa perspectiva, o FNCSTUR iniciou em 2020, uma articulação com vistas a discutir as diretrizes que orientam o ensino de Turismo nas suas mais variadas nuances e especificidades.

No que tange às atividades de aprendizagens *in loco*, essas ganharam notoriedade neste período de restrições impostas pela pandemia. Nessa linha de raciocínio, o estudo de Guimarães *et al.* (2020), em relação ao período de pandemia, revela que os discentes sentem falta das atividades realizadas para além da sala de aula, o que reflete, para os autores, uma leitura positiva das atividades para sua formação.

Todavia, a realização das atividades de aprendizagem *in loco* tem se configurado como uma das demandas mais complexas de serem solucionadas no atual contexto. Nesse sentido, para minimizar as perdas à formação dos discentes, segundo Ferreira e Fonseca Filho

(2020, p. 46), “[...] alguns cursos têm organizado os chamados ‘tours virtuais’, estratégia essa que está distante da necessidade dos alunos e professores em relação às viagens.”

Trata-se de uma alternativa, dentre tantas outras que possivelmente foram encontradas pelos cursos de Turismo no Brasil; no entanto, tal estratégia certamente deixará lacunas na formação dos futuros turismólogos, já que as aprendizagens *in loco* trazem em sua essência a possibilidade de estar no local, interagir, trocar, desafiar-se. É um outro contexto que, se bem planejado, pode gerar resultados benéficos aos sujeitos em formação e sua atuação, pois, como já bem pontuava Paviani (2010, p. 29), “[...] a educação se define como uma maneira de compreender, interpretar e transformar o mundo.” Assim, diante da compreensão da importância das atividades de aprendizagem *in loco* para a formação dos(as) futuros(as) profissionais que atuarão no setor de turismo, mostra-se premente que essa temática seja analisada a partir das DCN, pois, como anteriormente comentado, elas organizam e fundamentam o funcionamento desses cursos.

3.1 Diretrizes Curriculares Nacionais de Turismo e aprendizagens *in loco*

Datada de 24 de novembro de 2006, a Resolução CNE/CES nº 13 instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Turismo - Bacharelado. As Instituições de Educação Superior – IES devem segui-las na construção dos currículos e demais elementos dos cursos de Turismo. Em um total de cinco páginas, o documento busca, conforme seu Art. 2º, orientar a organização dos cursos,

[...] através do seu Projeto Pedagógico, abrangendo o perfil do formando, as competências e habilidades, os componentes curriculares, o estágio curricular supervisionado, as atividades complementares, o sistema de avaliação, a monografia, o projeto de iniciação científica ou o projeto de atividade como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), componente opcional das IES, além do regime acadêmico de oferta e de outros aspectos que tornem consistente o referido projeto pedagógico (BRASIL, 2006).

De imediato, chama a atenção que as atividades *in loco*, mesmo sob outras denominações comuns (viagens de estudo, visitas técnicas, saídas de campo etc.) não constam explicitamente neste que seria o artigo que marcaria a abrangência do documento, tal como ocorre com as atividades complementares e o estágio, por exemplo. Esse detalhe já aponta que, talvez, para essas atividades, não são definidas orientações mais detalhadas, o que por um lado pode ser positivo, pois permite maior autonomia para sua realização, por outro lado, pode ser

negativo, pois não havendo nenhum preceito ou nenhuma diretriz, elas podem ser cerceadas ou deixar de ser priorizadas.

No parágrafo primeiro do Art. 2º, são trazidos os elementos estruturais que devem constar dos PPCs, tais como: objetivos gerais do curso; cargas horárias das atividades didáticas e da integralização do curso; formas de realização da interdisciplinaridade; modos de integração entre teoria e prática; formas de avaliação do ensino e da aprendizagem; concepção e composição das atividades de estágio supervisionado, suas diferentes formas e condições de realização, observado o respectivo regulamento; concepção e composição das atividades complementares, entre outros elementos. Aqui, mais uma vez, as aprendizagens *in loco* não ganham destaque, a não ser que, pelo viés conceitual, se possa considerar como elementos diferenciadores atribuídos a elas, por exemplo, a realização da interdisciplinaridade e um modo de integração entre teoria e prática.

No que diz respeito ao perfil do aluno, o Art. 3º menciona que ele deve ser:

[...] capacitado e aptidão [sic] para compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e culturais, relacionadas com o mercado turístico, sua expansão e seu gerenciamento, observados os níveis graduais do processo de tomada de decisão, apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas, presentes ou emergentes, nos vários segmentos do campo de atuação profissional (BRASIL, 2006, s.p.).

Já o Art. 4º evidencia algumas competências e habilidades que os cursos de graduação nesta área devem possibilitar à formação profissional, como a contribuição na elaboração de planos de turismo; domínio de técnicas com vistas ao planejamento e à operacionalização do inventário turístico, para prospectar novas áreas e campos de negócios turísticos; planejamento e execução de projetos para empreendimentos turísticos e seu gerenciamento; interação em ações de equipes interdisciplinares e multidisciplinares, em diferentes contextos organizacionais e sociais; entre outras.

No que concerne as habilidades e competências citadas, é importante ter em conta que as atividades *in loco* podem favorecer esses processos formativos, desde que estejam embasadas sob pressupostos epistemológico-pedagógicos que permitam tais aprendizagens e experiências, mas outra vez, não se verificam essas associações.

O Art. 5º é o único, em todo o documento, no qual se encontram claramente mencionadas as aprendizagens *in loco*, sob a denominação de visitas técnicas. Nele são descritos os campos interligados de formação que deverão integrar o projeto pedagógico e sua

organização curricular: (a) conteúdos básicos, (b) conteúdos específicos e (c) conteúdos teórico-práticos. Neste último, são evidenciados “estudos localizados nos respectivos espaços de fluxo turístico, compreendendo visitas técnicas, inventário turístico, laboratórios de aprendizagem e de estágios” (BRASIL, 2006).

Pode-se notar que, então, as aprendizagens *in loco* são entendidas no documento como um dos elos da formação em Turismo. No entanto, as DCN não explicitam o que são consideradas cada uma das possibilidades de desenvolvimento desses conteúdos teórico-práticos (visitas técnicas, inventário, laboratórios de aprendizagens e estágios) e suas relações com os demais conteúdos citados. Essa falta de clareza conceitual, bem como a ausência de orientações mínimas – exceção para os estágios –, podem ocasionar uma redução de seus valores para o processo formativo-educativo em questão. No decorrer dos demais artigos que compõem a Resolução, destacam-se algumas orientações para a realização dos estágios supervisionados, das atividades complementares, dos TCCs, das avaliações, dos planos de ensino e da carga horária dos cursos, entre outros elementos dos cursos.

Em síntese, tais orientações apontam que os discentes se capacitarão para atuar no mercado turístico não apenas no âmbito educacional formal, ou seja, com atividades em sala de aula, em laboratórios e em contato com os professores e colegas; sua formação deve ultrapassar tais ambientes e se integrar a outros que possam desencadear novas habilidades, competências, comportamentos e interações que complementem as aprendizagens já desencadeadas e possibilitem que conhecimentos possam ser questionados e postos em dúvida. Assim, as aprendizagens *in loco* poderiam incentivar a autonomia do discente e alargar os quadros do conhecimento.

Entretanto, para isso, é preciso reafirmar que “[...] todas as nossas observações estão embebidas de teorias, não só as observações: toda nossa ação está impregnada de fundo teórico, proveniente de nossas crenças, quer sejam elas científicas, teológicas, empíricas ou metafísicas” (KÖCHE, 1997, p. 120). Afinal, embora possam ser vislumbradas como contribuições para a formação em Turismo, o documento não trata de maneira mais enfática a importância das aprendizagens *in loco* nos PPCs. Como apresentado, há apenas uma menção ao tema no Art. 5º, e o documento não explicita qualquer orientação para sua organização, planejamento, implementação e avaliação.

Este detalhamento pormenorizado, inserindo inclusive as diferentes abordagens epistemológico-pedagógicas em que tais aprendizagens possam ser embasadas, poderia permitir uma melhor compreensão de todas as fases que compõem o seu planejamento pedagógico e a integração com as demais ações dos cursos.

Uma abordagem mais ampla das aprendizagens *in loco* também nos PPCs pode não somente reforçar a necessidade de as instituições organizarem os respectivos cursos já contemplando tais atividades, como também pode permitir às instâncias avaliadoras dos cursos considerarem as aprendizagens com este viés em algumas dimensões observadas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (BRASIL, 2017a; 2017b) que dizem respeito às políticas institucionais, estrutura curricular e metodologias adotadas.

Portanto, a inserção de algumas orientações sobre as aprendizagens *in loco* numa futura versão das DCN poderia auxiliar as IES em sua incorporação aos currículos e a sua implementação de forma mais efetiva. Além disso, a inclusão dessas atividades de forma mais minuciosa nos PPCs poderia permitir maior reconhecimento para os resultados advindos dessas atividades para o alcance das competências, habilidades e comportamentos pretendidos nas DCN. E a partir da compreensão de seus benefícios e suas contribuições, as instituições que ainda não as realizam, poderiam implementá-las, quer para uma melhor avaliação do próprio curso, quer para uma maior qualificação ou capacitação do processo formativo de seus discentes.

Assim sendo, e para aprofundar esse olhar reflexivo inicial sobre aprendizagens *in loco* no âmbito do ensino superior em Turismo, faz-se pertinente entender que existem várias formas de conceber a ciência; logo, o conhecimento pode ser desenvolvido sob várias perspectivas. E isso se estende, neste caso em específico, nas diversas formas de realização dessas atividades, em termos de objetivos, planejamento, periodicidade, escolhas de locais, concepções, avaliações etc. Portanto, discutir epistemológica e pedagogicamente sobre tais aprendizagens é um ponto importante neste ensaio reflexivo sobre o tema.

3.2 Aprendizagens *in loco* sob um olhar epistemológico-pedagógico

Considerando que “[...] é na ação concreta, situada no contexto social e histórico, que se pode descobrir, interrogar, mostrar os fins da educação” (PAVIANI, 2010, p. 31), e tendo

em conta que são ainda incipientes os estudos que buscam refletir sobre aprendizagens *in loco* no contexto do ensino superior em Turismo, este artigo pretende iniciar algumas discussões de cunho epistemológico-pedagógico – que, evidentemente, podem ser ampliadas no futuro.

Todavia, antes de refletir sobre o tema, cabe destacar que a opção pelo termo “aprendizagens *in loco*” para abordar as atividades que comumente são denominadas de visitas técnicas, viagens de estudo e saídas de campo no documento normativo dos cursos de graduação em Turismo, justifica-se pelo entendimento de que a inversão nuclear conceitual evidenciaria e privilegiaria os processos pedagógicos e não apenas o ato de sair da instituição ou exclusivamente o estar no local. Por meio desta outra/nova compreensão dessas atividades, poderiam ser adicionadas as participações em reuniões de colegiados locais e regionais de turismo (como, por exemplo, conselhos municipais, regionais ou estaduais de turismo), participações em discussões e elaborações de produtos turísticos junto à sociedade, inventariação turística, entre outras atividades de cunho mais gerencial – o que, nas DCN, parecem estar mais restritas às visitas aos empreendimentos com fluxo turístico.

Essa inversão nuclear conceitual também poderia contribuir para a redução de algumas incompreensões e imprecisões conceituais quanto à importância de tais atividades em âmbito pedagógico/educacional nos cursos de Turismo e instituições, como já costuma acontecer em áreas como a Geografia, a Arquitetura, a Biologia, entre outras. A este respeito, aliás, o geógrafo Claval (2013, [p.3]) parafraseando Rousseau (1995), defende que “[...] sem o confronto com o mundo real, somente o ensino em sala de aula não permitirá que os jovens formulem julgamentos satisfatórios.”

À vista disso, faz-se necessário entender que o termo *in loco*, expressão latina, significa “no lugar”, “no próprio local” (DICIO, 2021). E, quando acompanhada da palavra aprendizagem, resulta no processo de desenvolvimento cognitivo, emocional, social, no qual conhecimentos, habilidades e atitudes são acionados e modificados (pelos sujeitos) quando do momento da vivência das experiências nos locais selecionados para determinado fim. Ademais, se mostra imprescindível levar em consideração que os processos de conhecer e aprender podem decorrer de diferentes situações, sob diversas formas, conforme for a escolha de seus pressupostos epistemológico-pedagógicos.

De forma geral, as aprendizagens *in loco*, quando pensadas sob o escopo educacional formal, são vistas como oportunidades de estar em contato com o meio, com

pessoas, de acessar o real, são as referidas atividades práticas. Porém, elas são organizadas e planejadas sob diferentes lupas teóricas e isso distingue seus processos.

Köche (1997) buscou refletir sobre os caminhos da ciência enquanto tentativa de acesso ao real e, a partir desta leitura, os autores do presente artigo apontam algumas dessas possibilidades e suas repercussões nos processos pedagógicos que envolvem as aprendizagens *in loco* nos cursos de Turismo do Brasil.

Sob uma abordagem abalizada pelo empirismo ingênuo, segundo o autor, o processo de conhecer/aprender corresponderia em apenas estar no local, pois para essa postura epistemológico-pedagógica, o acesso ao real está “[...] totalmente franqueado: o mundo está aí, à nossa frente. Basta tomá-lo e apreendê-lo. [...] o real passa a ser algo naturalmente apreendido” (KÖCHE, 1997, p. 106).

O termo empirismo tem origem na palavra grega *empeiria*, que quer dizer experiência. Como o próprio nome indica, essa corrente filosófica valoriza o conhecimento que advém da prática a partir de impressões e percepções. Nessa postura ingênua, o real se dá a conhecer (através dos sentidos), sem se questionar sobre a possibilidade de os sentidos se enganarem, distorcerem ou não compreenderem o real. Nessa perspectiva caberia ao cérebro apenas “[...] a função de protocolar o recebimento dessas imagens, executando a tarefa de selecioná-las, classificá-las, interrelacioná-las e armazená-las.” (KÖCHE, 1997, p. 106).

Assim, bastaria introduzir os discentes nos espaços pré-determinados para que a aprendizagem se desse. Nas palavras de Köche (1997, p. 107), “[...] confunde-se o real com a aparência do real, confunde-se a apreensão do real com a apreensão das suas manifestações acessíveis aos órgãos dos sentidos. [...] O empirista, portanto, não questiona a possibilidade de acesso ao real. Admite-a ingenuamente.”

Contudo, aqui não se quer reduzir a relevância de estar *in loco*; pelo contrário: se um olhar imediato e espontâneo pode ser fecundo, uma leitura mais atenta poderia ser ainda mais oportuna. Dessa forma, entende-se o quão pertinente poderia ser este *in loco* se os sujeitos envolvidos com as atividades propostas e organizadas fossem estimulados a interpretar “esse real”, não como tábulas rasas, mas como sujeitos histórico-sociais que, inclusive, leem o mundo de forma diferente, segundo suas lentes teóricas. Conforme dizeres de Santos, Perazzolo e Pereira (2009, s.p.), a construção do conhecimento se faria,

[...] não apenas pelo prisma do sujeito que busca conhecer, tampouco pela perspectiva do objeto a ser conhecido/apropriado, nem mesmo ainda pelo fato de alguém o deter

e poder dispô-lo para ser consumido, numa concepção essencialmente empirista. O conhecimento da realidade não se encontra pronto e, ainda que em certo sentido ele assim estivesse, não poderia ser dado ao outro, uma vez que o conhecimento é resultante de uma construção que se efetiva na relação que o sujeito desenvolve com o objeto a ser conhecido e pela mediação daquele que ensina, na dialética entre dois polos: um sujeito histórico-social que busca conhecer uma dada realidade, e outro sujeito, que é também histórico-social e que dispõe de um conhecimento que, de *per se*, não explica/traduz a realidade, pois que esta (o objeto/realidade) requer um olhar que só se realiza na interlocução de diferentes perspectivas, as quais são complementares entre si e, por isso mesmo, conduzem contínua e incessantemente a novos e incompletos olhares (dado que o objeto de conhecimento se transforma a partir da e na apreensão da realidade). E, além disso, o apreender/construir a realidade, que sob esse ângulo, se constitui num ato histórico-social, ocorre sempre num contexto que é específico e singular e que serve de malha de sustentação para essa apreensão. Daí resulta que o contexto, o qual também é continuamente ressignificado, assume papel relevante e decisivo nos destinos da aprendizagem.

Assim, sob uma perspectiva de ciência contemporânea, em que o processo de conhecer envolveria outros referenciais teóricos, sobretudo aqueles em que se destaca a postura ativa para aprender, ou seja, a ação do sujeito sobre o meio e a contínua reconstrução “do real”, os sujeitos envolvidos passariam a construir o próprio conhecimento, formular novas perguntas e encontrar possíveis respostas e não apenas confundir o real com a aparência do real.

Os sujeitos não são, portanto, considerados como passivos no processo, mas como sujeitos epistêmicos, constituídos pela sua própria ação, agindo sobre o meio e buscando compreendê-lo (LIMA, 2014). Segundo a mesma autora, deseja-se que esse sujeito seja “[...] capaz de pensar sobre o meio, sobre seu próprio pensamento e sua forma de agir no meio do qual está inserido. Meio e sujeito interagem em um processo de mútua transformação e desenvolvimento” (LIMA, 2014, p. 57).

Sob esse viés, o estar “*in loco*” poderia significar muito mais que verificar ou captar a aparência do real, relacionadas, aqui, à atividade turística. Ele poderia se transformar em um momento de reflexão crítica, fazendo emergir questionamentos, inquietações e, principalmente, poderia ser uma oportunidade de autoria dos sujeitos – que tomam esses espaços de aprendizagens não como prontos, mas como de/em construção que se efetivam na relação que os sujeitos desenvolvem com o(s) objeto(s) a ser(em) conhecidos, com o outro e pela mediação daquele que ensina. Esses processos pedagógicos, então, poderiam ser marcados por provocações que buscariam instigar a curiosidade, já que os discentes são levados a formular novas perguntas e encontrar respostas a partir de seus próprios conhecimentos. Lima (2014, p.77) com base em Mizukami (1986), salienta que essas provocações

[...] devem ser desequilibradoras para o aluno e ter em conta o nível de desenvolvimento em que ele se encontra, para que assim, mediante suas ações e interações, lhe seja possível a construção progressiva das noções e operações (intelectuais e afetivas) em cada etapa de seu desenvolvimento. São consideradas aqui formas pelas quais as pessoas lidam com estímulos ambientais, como organizam dados, sentem e resolvem problemas, adquirem conceitos e empregam símbolos verbais.

Tal entendimento do fazer pedagógico encaminharia à valorização do professor-mediador e à superação daquela tradicional figura autoritária. Da mesma forma, promoveria a recriação de conhecimentos historicamente construídos – na perspectiva de que só se aprende o que é recriado para si. Portanto, essas atividades *in loco* se instituiriam como um momento profícuo para a permanente problematização, para a descoberta, para a observação e análise da realidade, para a hipótese explicativa, para a experimentação, para a interpretação e para o novo.

Consequentemente, quando possibilitadas essas oportunidades de aprendizagens *in loco*, aspira-se que os discentes sejam desafiados, e isso, nesta abordagem, de cunho construtivista/sociointeracionista, tonalizada pelas interações, pela cooperação, pela colaboração, pelos intercâmbios de ideias/percepções, significa que eles deveriam participar ativamente do próprio aprendizado, mediante a pesquisa em grupo, o estímulo à dúvida e ao desenvolvimento do raciocínio.

É a partir das suas ações e interações que eles vão desenvolvendo sua autonomia intelectual e moral, e vão se apropriando das ferramentas que contribuirão para intervir criticamente no processo sociocultural. Para tanto, também, esses sujeitos precisam estar

[...] motivados/mobilizados para vivenciar/conhecer o novo, o outro, em experiências relacionais no ou fora do local de experiência cotidiana, constituindo-se um espaço de contínua construção, formação e transformação do sujeito, que passa a ter novas percepções do outro e de si mesmo (LIMA, SANTOS; KÖCHE, 2020, p. 158).

Nessa perspectiva, essas atividades *in loco* poderiam ser desenvolvidas a partir de um planejamento cocriado como parte do processo de aprendizagem, o qual incluiria plano de ações, cronograma, custos, justificativas, objetivos, avaliação, lições aprendidas, sugestões de melhorias, intencionalidade pedagógica, mediação das aprendizagens, pois a própria concepção da proposta, se constituiria como um processo pedagógico em si. Ainda, como parte integrante das demais ações do curso, e por ser uma atividade (institucional) formativa, deveria seguir regramento específico da IES ou do curso que a oferta.

Considerando essas possíveis implicações para a formação dos estudantes em Turismo, entende-se que essas aprendizagens *in loco* deveriam ter prioridade para sua viabilização dentro das IES, sobretudo, nos cursos em que são mencionadas a sua importância pedagógica nos PPCs. Pode-se perceber que, conforme as bases teóricas escolhidas pelos docentes que promovem essas aprendizagens *in loco* nos cursos de Turismo, essas poderão ocorrer de formas diferentes, desde o seu planejamento até a sua avaliação. Da mesma forma, também serão distintas as posturas e observações dos discentes diante ou em interação com o “real.”

Assim, somando-se aos demais aspectos trazidos neste trabalho, tais como as novas exigências após o cenário da pandemia de COVID-19, a carência de estudos sobre essa temática, além da forma superficial como as aprendizagens *in loco* são abordadas nas atuais DCN, emergem novas posturas e posicionamentos nos cursos superiores em Turismo, e eles devem convergir para uma formação em que os discentes participem ativamente de seu próprio processo formativo-educativo.

Vive-se um novo momento, que exige de todos os envolvidos com a formação profissional do Turismo uma postura criativa e inovadora que responda aos desafios atuais e futuros. Logo, tal formação precisa acompanhar essas transformações, mudanças e atualizar seus processos, rever suas bases epistemológico-pedagógicas para que se possa enriquecer todas as atividades propostas pelos PPCs, de modo que seus resultados não fiquem restritos ao seu próprio ambiente. Em outras palavras, destaca-se que as aprendizagens *in loco* sejam atividades programadas e integradas a todas as atividades do curso, nas quais os discentes sejam requisitados a participar, atuando ativamente na vida das cidades, colaborando com seus conhecimentos, ou seja, promovendo o desenvolvimento local e regional do turismo por meio do saber.

Ademais, esta mudança de postura epistemológico-pedagógica nos cursos de Turismo, tendo por base as aprendizagens *in loco*, vem ao encontro de outro movimento que também está sendo levado a cabo nos cursos superiores em todo o país, orientados pela Resolução nº 7 MEC/CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018, a qual busca integralizar a extensão universitária com carga horária nas matrizes curriculares dos cursos em no mínimo 10%.

Ambas as iniciativas pretendem que as práticas pedagógicas busquem contribuir com: a formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável; a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade; a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais; e o incentivo ao protagonismo dos discentes em suas realidades locais, regionais, em prol do desenvolvimento da sociedade, em seus diversos contextos.

4 Na direção de não concluir...

A pandemia de COVID-19, como visto, alterou o funcionamento do processo educativo, submetendo professores e alunos a reinventarem suas realidades. Neste contexto, algumas atividades, tal como as aprendizagens *in loco* foram inviabilizadas, o que, em certa medida, jogou luz à discussão de sua importância para a formação dos estudantes, e neste caso específico, os de Turismo.

Assim, mediante as reflexões preliminares sobre aprendizagens *in loco* no âmbito do ensino superior em Turismo apresentadas no decorrer deste texto, foi possível ponderar sobre sua presença sutil no documento que orienta e fundamenta os cursos nesta área (DCN), e analisar as implicações que isso possa significar em termos pedagógicos, operacionais e institucionais nessas atividades e na própria formação.

Por meio da revisão bibliográfica demonstrou-se que há escassez de estudos já publicados sobre o tema em discussão no que tange aos cursos de Turismo, tanto no contexto nacional, quanto internacional; entretanto, uma revisão mais robusta poderia sinalizar com mais precisão por que caminhos se dão os estudos sobre essas aprendizagens.

Ainda, a proposição de compreensão dessas atividades sob uma lógica de inversão nuclear conceitual permitiu expandir o leque de oportunidades e possibilidades de ações que compõem ou que podem compor as demais atividades estruturais dos cursos. Atrelado a isso, o entendimento de que há várias formas de acessar o real, segundo as diversas teorias filosóficas, possibilitou pensar em novas linhas investigativas que pudessem complementar este trabalho, sobretudo as que envolvessem os processos operacionais e institucionais. Por conseguinte, alguns questionamentos emergiram: Quais concepções (docentes e discentes) têm sobre turismo

e sobre aprendizagens *in loco*? Em que momento da formação elas acontecem? Como são organizadas em termos operacionais? Elas constam dos PPCs? Em quais diferentes concepções epistemológico-pedagógicas elas são embasadas? Que avaliação docentes, discentes e instituições fazem em relação a essas atividades? Como estes buscam interpretar ou ler o mundo? Como são desencadeadas essas questões referentes à pedagogia reflexiva nos cursos de turismo e como isso é favorecido por meio das atividades *in loco*? Há dificuldades para o desenvolvimento de tais atividades? Se sim, quais são elas? Como são normatizadas pelas IES? Elas são priorizadas pelas IES? Existem gargalos em seus processos de implementação? Se sim, quais são eles?

Enfim, como indicado no último subtítulo, embora se tenha refletido sobre alguns pontos fundamentais sobre aprendizagens *in loco* na formação superior em Turismo no Brasil, não se buscou neste momento oferecer conclusões e, sim, levantar questões. Pode-se dizer, portanto, que esse processo reflexivo não se esgota aqui, visto que há muito o que se discutir sobre essa temática.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo**. Brasília, DF: MEC, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces13_06.pdf. Acesso em: 15 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instrumento de avaliação de cursos de graduação: presencial e a distância – autorização**. Brasília, DF: MEC, 2017a. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_autorizacao.pdf. Acesso em: 15 jul. de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instrumento de avaliação de cursos de graduação: presencial e a distância – reconhecimento e renovação de reconhecimento**. Brasília, DF: MEC, 2017b. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_reconhecimento.pdf. Acesso em: 20 jul. 2021.

CLAVAL, Paul. O papel do trabalho de campo na geografia, das epistemologias da curiosidade às do desejo. Tradução: Giovanna Thomaz. **Confins**, n. 17, 2013. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/12414>. Acesso em: 30 jul. 2021.

CUTRIM, Kláutenys D. G.; CARVALHO, Conceição M. B.; SANTOS, Dorilene S.; COSTA, Felipe P. Turismo pedagógico e apropriação dos lugares de memória em São Luís (MA). **Revista Turismo & Cidades**, São Luís, v. 1, n. 2, 2019.

FACHÉ, Willy. Fieldwork as an educational approach to a course on quality of cultural tourism. *In: REPORT OF THE SOCRATES INTENSIVE PROGRAMME. Strategies for improving quality and innovation in cultural tourism*. Ghent: University of Ghent, 2003.

FERREIRA, Helena Catão Henriques; FONSECA FILHO, Ari da Silva. Dilemas, expectativas e perspectivas sobre o ensino superior de turismo e hospitalidade em tempos de COVID-19. **Revista Observatório de Inovação do Turismo**, v. 14, 2020. Número especial. Disponível em: <http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/raoit/article/view/6658/3345>. Acesso em: 10 jul. 2021.

GRIFFIN, Kevin A. Determining "best practice" methodologies in the pedagogy of tourism related fieldwork. **Teaching Fellowships**, n. 43, 2014. Disponível em: <https://arrow.tudublin.ie/fellow/43>. Acesso em: 30 jun. 2021.

GRIFFIN, Kevin. Investigating fieldtrips. *In: BENCKENDORFF, Pierre; ZEHRER, Anita (Ed.). Handbook of teaching and learning in Tourism*. Cheltenham: Edward Elgar, 2017. (Social and Political Science). *E-book*. Disponível em: <https://doi.org/10.4337/9781784714802.00029>. Acesso em: 30 jul. 2021. (Social and Political Science 2017).

GUIMARÃES, Valéria Lima *et al.* A pandemia COVID-19 e a educação superior em turismo no estado do Rio de Janeiro (Brasil): notas preliminares de pesquisa. **Rosa dos Ventos: Turismo e Hospitalidade**, v. 12, n. 3, 2020. Disponível em: <http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/8882/pdf>. Acesso em: 10 jul. 2021.

GUSSO, Hélder Lima *et al.* Ensino superior em tempos de pandemia: diretrizes à gestão universitária. **Educação & Sociedade**, v. 41, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/pBY83877ZkLxLM84gtk4r3f/?lang=pt>. Acesso em: 10 jul. 2021.

HALL, C. Michael. Fieldwork in tourism/touring fields. Where does tourism end and fieldwork begin? *In: HALL, C. Michael (ed.). Fieldwork in Tourism: methods, issues and reflections*. Abingdon: Routledge, 2011. p. 7-18. (Contemporary Geographies of Leisure, Tourism and Mobility).

IN LOCO. *In: DICIO* (Dicionário Online de Português). Porto: 7Graus, 2021. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/in-loco/>. Acesso em: 10 jul. 2021.

JACKOWSKI, Antoni; SOŁJAN, Izabela; BILSKA-WODECKA, Elżbieta; LIRO, Justyna. Geographical tourism research and education at the Jagiellonian University School of Tourism in Poland (1936–1939). **Hist. Geo Space. Sci.**, v. 7, n. 2, p. 91-101, nov. 2016. DOI <https://doi.org/10.5194/hgss-7-91-2016>. Disponível em: <https://hgss.copernicus.org/articles/7/91/2016/>. Acesso em: 30 jul. 2021.

KÖCHE, José Carlos. O acesso ao real: reflexão sobre os caminhos da ciência. *In: BOMBASSARO, Luis Carlos; PAVIANI, Jayme. (org.). Filosofia, lógica e existência*. Caxias do Sul: Educs, 1997.

LIMA, Francielle de. **Incursões reflexivas sobre o conceito de turismo e a qualificação “Pedagógico” no binômio “Turismo Pedagógico”**. 2014. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/bitstream/handle/11338/840/Dissertacao%20Francielle%20de%20Lima.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 jul. 2021.

LIMA, Francielle de; SANTOS, Marcia Maria Cappellano dos; KÖCHE, José Carlos. Turismo pedagógico ou atividade pedagógica pelo turismo? O binômio “turismo pedagógico”: concepções de turismo e pressupostos epistemológico-pedagógicos subjacentes. **Investigaciones Turísticas**, n. 19, p. 139-162, jun. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.14198/INTURI2020.19.07>. Acesso em: 15 jul. 2021.

LIMA, Francielle de; SANTOS, Marcia Maria Cappellano dos; REJOWSKI, Mirian. Turismo Pedagógico e binômios considerados afins: um percurso de revisão de literatura. *In*: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL, 7., 2012, Caxias do Sul. **Anais eletrônico** [...] Caxias do Sul, 2012. Disponível em: https://www.ucs.br/ucs/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_7/arquivos/01/09_Lima_Santos_Rejowski.pdf. Acesso em: 16 ago.2021.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. **Ensino**: as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986.

PAVIANI, Jayme. **Problemas de filosofia da educação**: o cultural, o político, o ético na escola, o pedagógico, o epistemológico no ensino. 8. ed. Caxias do Sul: Educus, 2010.

PORTEGIES, Ariane; PLATENKAMP, Vincent; HAAN, Theo de. Embedded research; a pragmatic design for contextual learning – from fieldtrip to fieldwork to field research in Australasia. *In*: DREDGE, Dianne; AIREY, David; GROSS, Michael (ed.). **The routledge handbook of tourism and hospitality education**. London: Routledge, 2014. p. 380-387. *E-book*. (Routledge Handbooks). DOI <https://doi.org/10.4324/9780203763308>. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/books/edit/10.4324/9780203763308/routledge-handbook-tourism-hospitality-education-dianne-dredge-david-airey-michael-gross>. Acesso em: 20 jul. 2021.

RICART, Sandra; AMELUNG, Bas. Teaching tourism in the Anthropocene: new technologies, fieldwork, and student involvement. **Investigaciones Geográficas**, n. 75, p. 13-23, jan./jun. 2021. DOI <https://doi.org/10.14198/INGEO.19507>. Disponível em: <https://www.investigacionesgeograficas.com/article/view/19507>. Acesso em: 20 jul. 2021.

SANTOS, Marcia Maria Cappellano; PERAZZOLO, Olga Araújo; PEREIRA, Siloe. **Dimensões relacionais e psicopedagógicas da hospitalidade** - projeto de pesquisa. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2009.